Janduy registrou paternidade socioafetiva de Letícia e iniciou o processo com Igor, filhos de Janaina Cardoso, com quem ele tem outros dois filhos

Direitos garantidos

A professora Maria Luiza Brito, 28, começou a conviver com o pai afetivo, o analista de sistemas Robson Guimarães, 52, aos 3 anos de idade e, com o tempo e a maturidade, percebeu que ele era sua família. Com o intuito de garantir direitos e deveres, eles decidiram fazer as documentações há dois anos. De acordo com Maria Luiza, mesmo o sentimento sempre tendo existido, foi um passo muito importante para ela. "Temos uma relação muito próxima, além de ser meu pai, ele é meu amigo", afirma. "Vale muito a pena oficializar isso", acrescenta.

A conexão entre eles foi construída em pequenos atos, como a convivência no dia a dia, a rotina de levar para a escola, passear e conversar. Além disso, Robson se sentia especialmente emocionado com os primeiros trabalhos da escola para o Dia dos Pais, em que ele sempre era homenageado. Por terem uma longa história juntos, ratificar isso no papel foi muito especial para ambos. "Sempre me emociono ao lembrar do momento no cartório. Um sentimento de dever cumprido", conta Robson.

Arquivo pessoal

Maria Luiza Brito e Robson Guimarães formalizaram o vínculo socioafetivo para celebrar o amor que vai além da biologia

De acordo com a advogada Jaqueline Costal, os desafios do processo são a resistência de alguns familiares biológicos, a burocracia quando não há consenso, a necessidade de comprovação efetiva da ligação afetiva e a falta de informação da população sobre a possibilidade de formalizar o registro. As provas que devem ser entregues incluem convivência contínua, reconhecimento social (como o filho chamar o socioafetivo de pai ou mãe), participação em documentos escolares ou médicos, fotos, testemunhos e outros elementos que demonstrem a existência de uma relação pública, duradoura e afetiva.

Além disso, a paternidade socioafetiva, declarada ou não, não impede o reconhecimento coexistente da relação biológica, o que torna viável a filiação múltipla. "O Judiciário pode manter a multiparentalidade ou, em casos específicos, reconhecer a prevalência do vínculo socioafetivo", diz Jaqueline.

A psicóloga e psicanalista Silvia Oliveira destaca o papel do laço socioafetivo na construção da autoestima, da confiança e da segurança emocional da criança. Do ponto de vista psicológico, o que mais impacta o desenvolvimento da criança é a qualidade da relação, não a origem dela. Por isso, para construir uma base sólida de confiança, o caminho é a constância no cuidado, a disponibilidade emocional e a validação dos sentimentos do outro. "Quando a criança sente que pode contar com figuras cuidadoras consistentes, desenvolve maior resiliência emocional."

É crucial ainda que cada um compreenda o seu próprio lugar dentro da rede familiar, pois a criança pode se sentir dividida ou insegura se houver disputas ou desvalorização de uma das figuras parentais. Silvia Oliveira considera que o mais importante é que os adultos consigam separar as diferenças pessoais do cuidado com a criança. "A orientação é que os cuidadores busquem diálogo respeitoso e, se necessário, apoio psicológico ou jurídico, sempre preservando o direito da criança a conviver de forma saudável com todos que fazem parte de sua vida afetiva", salienta a psicóloga.

Apesar de não existir uma idade específica para abordar o assunto, é importante que haja comunicação adequada para cada fase do desenvolvimento. Quanto mais cedo o assunto for tratado de forma clara, honesta e compatível com o grau de compreensão infantil, mais natural será o processo. Para Silvia Oliveira, o segredo é tratar o assunto com verdade e afeto, evitando segredos ou revelações bruscas que possam gerar sentimentos de traição ou insegurança.